

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202209/0486
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Orgão / Serviço:	Universidade do Algarve
Vínculo:	CTFP a termo resolutivo certo
Duração:	36
Regime:	Carreiras Não Revistas
Carreira:	Investigador
Categoria:	Investigador Auxiliar
Grau de Complexidade:	0
Remuneração:	3.230,21
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Contratação de 3 três doutorado(a)s, para o exercício de funções equiparadas às de Investigador Auxiliar, no Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano da Universidade do Algarve.

Requisitos de Admissão

	Nomeação definitiva	
	Nomeação transitória, por tempo determinável	
	Nomeação transitória, por tempo determinado	
Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado	
	CTFP a termo resolutivo certo	
	CTFP a termo resolutivo incerto	
	Sem Relação Jurídica de Emprego Público	
	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;	
	b) 18 anos de idade completos;	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;	
	d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;	
	e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.	
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Nos termos previstos no artigo 16.º do RJEC o presente procedimento concursal está dispensado.	
Requisitos de Nacionalidade:	Sim	
Habilitação Literária:	Doutoramento	
Descrição da Habilitação Literária:	Doutor em Arqueologia ou área científica afim	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada	Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Universidade do Algarve	3	Campus da Penha - Estrada da Penha	Faro	8005139 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 3

Quota para Portadores de Deficiência: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Constituem requisitos especiais de admissão ao procedimento os definidos no ponto 10, nomeadamente, para cada caso:
 Ter experiência de investigação pós-doutoral em paleobotânica africana, preferencialmente em fitólitos e de contexto arqueológico.
 Ter experiência de investigação pós-doutoral em análise isotópica de faunas ou sedimentos pleistocénicos, preferencialmente em contexto arqueológico.
 Ter experiência na aplicação de técnicas específicas como ADN antigo ou proteómica e análises de biomarcadores como lípidos ou proteínas em contexto arqueológico.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Universidade do Algarve (nos termos do ponto 24 do aviso)

Contacto: 289800100

Data Publicitação: 2022-09-15

Data Limite: 2022-10-27

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª série, n.º179, de 15 de setembro de 2022. Aviso (extrato) n.º 17876/2022

Texto Publicado em Jornal Oficial: PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE 3 DOUTORADO(A)S 1. Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 25 de agosto de 2022, foi autorizada a abertura de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de 3 três doutorado(a)s, para o exercício de funções equiparadas às de Investigador Auxiliar, no Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano da Universidade do Algarve no âmbito do projeto ERC - DISPERSALS, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de 3 (três) anos, automaticamente renováveis por períodos de um ano, até à duração máxima de 6 (seis) anos. 2. Caracterização dos três postos de trabalho: a. Investigação em paleobotânica africana, preferencialmente em fitólitos; Desenvolvimento e coordenação de trabalho de campo arqueológico em Moçambique; Orientação de alunos de doutoramento. b. Investigação em análises isotópicas; Desenvolvimento e coordenação de trabalho de campo arqueológico em Moçambique; Orientação de alunos de doutoramento. c. Investigação em biomarcadores de proteínas ou lípidos; Desenvolvimento e coordenação de trabalho de campo arqueológico em Moçambique; Orientação de alunos de doutoramento. 3. O procedimento encontra-se aberto pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da sua publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), no endereço www.bep.gov.pt, e divulgado no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt> e no sítio na internet da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>. 4. Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, que aprova o regime de contratação de doutorados, destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas de conhecimento (RJEC); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei

n.º 35/2014 de 20 de junho (LGTFP), na sua atual redação, Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro, e o Código do Procedimento Administrativo (CPA). 5. Nos termos previstos no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, o presente procedimento concursal está dispensado: a) da autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, designadamente a referida no n.º 3 do artigo 7.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; b) da obtenção do parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, referido no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; c) do procedimento de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, referido no artigo 265.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. 6. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do procedimento tem a seguinte composição: Presidente: Prof. Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve 1.º Vogal efetivo: Doutor Jonathan Haws, Professor Catedrático da University of Louisville, EUA. 2.º Vogal efetivo: Doutor João Miguel Mico Cascalheira, Investigador da Universidade do Algarve. 1.º vogal suplente: Doutor Erich Fisher, Investigador Principal da Universidade do Algarve. 2.º vogal suplente: Doutora Célia Gonçalves, Investigadora da Universidade do Algarve. 7. O(A)s Investigadores contratado(a)s desempenharão as suas funções na Universidade do Algarve, no Campus de Gambelas, em Faro, sem prejuízo de em situações pontuais lhe ser indicado outro local para a execução dos trabalhos para que foi contratado(a), nomeadamente em Moçambique durante o trabalho de campo do referido projeto. 8. Poderão ser atribuídas ao(a) doutorado(a), mediante acordo do(a) próprio(a), 4 horas de aulas semanais em unidades curriculares da sua área de especialidade. 9. A remuneração mensal a atribuir, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho e do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro, correspondente ao nível 53 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, sendo de € 3.230,21 (três mil duzentos e trinta euros e vinte e um cêntimos), ilíquidos, em regime de dedicação exclusiva. 10. Ao presente concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as), e apátridas que sejam titulares do grau de Doutor em Arqueologia ou área científica afim e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revelem um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer às regras estabelecidas no regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros em vigor, devendo o(a) candidato(a) ordenado(a) em lugar elegível cumprir as formalidades exigidas até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, sob pena de exclusão do procedimento concursal. 11. São requisitos gerais de admissão ao procedimento concursal, aqueles a que alude o artigo 17.º da LGTFP. 12. Constituem requisitos especiais de admissão ao procedimento os definidos no ponto 10, nomeadamente, para cada caso: a. Ter experiência de investigação pós-doutoral em paleobotânica africana, preferencialmente em fitólitos e de contexto arqueológico. b. Ter experiência de investigação pós-doutoral em análise isotópica de faunas ou sedimentos pleistocénicos, preferencialmente em contexto arqueológico. c. Ter experiência na aplicação de técnicas específicas como ADN antigo ou proteómica e análises de biomarcadores como lípidos ou proteínas em contexto arqueológico. 13. Antes de proceder à avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos(as) admitidos(as), o Júri deliberará fundamentadamente, sobre a sua aprovação ou não aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do seu currículo global, a nível científico e profissional, na área científica do concurso. 12 Nos termos do artigo 5.º do RJEC, a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos(as). 13 A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade: a) Da produção científica e tecnológica dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo(a) candidato(a); b) Das atividades de investigação aplicada ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato(a); c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato(a); 14. O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica, em razão de circunstâncias socialmente protegidas, nomeadamente, por motivo de licença de parentalidade, de doença grave prolongada e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente

tuteladas. 15. Os critérios de avaliação definidos pelo júri na ata da reunião de 29 de agosto de 2022, em conformidade com o n.º 13, são: a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato (12 pontos) Deverá ser considerada em particular a relevância na área em que é aberto o concurso, e expressa pelo número e tipo de publicações (livros, artigos em revistas internacionais com arbitragem científica, e outras publicações, comunicações em congressos) e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica, traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores. b) Das atividades de investigação aplicada ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato (6 pontos) Deverão ser considerados designadamente projetos de investigação, sendo avaliadas a apresentação de candidaturas nacionais e internacionais aprovadas e não aprovadas e a execução de projetos de investigação financiados. c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato (2 pontos) Deverão ser contempladas entre outras atividades de disseminação através da orientação de estudantes de diferentes graus de ensino, participação em iniciativas de divulgação científica e tecnológica junto da comunidade científica (por exemplo organização de congressos e conferências) e para diversos públicos, publicações de divulgação científica e tecnológica, apresentação de palestras e seminários destinados ao público em geral. 16. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que tenham obtido uma valorção inferior a 9,5 valores. 17. O Júri pode decidir efetuar entrevistas para clarificação de dos critérios de avaliação. 18. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0-20, com valorção até às décimas. Valorção final (se houver entrevista): a valorção final e o consequente ordenamento dos candidatos, resulta da aplicação da fórmula abaixo indicada e será expressa numa escala de 0-20: $VF = ApCC (90\%) + E (10\%)$ Em que: VF = valorção final; ApCC = avaliação percurso científico e curricular; E = entrevista. Em caso de igualdade de valorção, o critério de desempate será o voto do presidente do Júri. 20. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. 21. Das reuniões do júri são elaboradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 22. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos(as) candidatos(as) aprovados(as) com a respetiva classificação. 23. A deliberação final do júri é homologada pelo Reitor da Universidade do Algarve, a quem compete ainda, a decisão final sobre a contratação. 24. As candidaturas são formalizadas, através do requerimento disponibilizado para o efeito na página web da Universidade do Algarve (<https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>), dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, e entregues: a) por via eletrónica para o endereço srhconcurso@ualg.pt até às 23h59 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas; ou b) por correio registado com aviso de receção endereçado ao Reitor da Universidade do Algarve, Campus da Penha, 8005-139 Faro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto anterior; ou c) pessoalmente no Expediente Geral da Universidade do Algarve, no piso 0 do edifício da Administração, no Campus da Penha, em Faro, entre as 9h00m e as 12h30m e entre as 14h00m e as 17h30m, até ao último dia do prazo de candidatura. 25. Do requerimento do(a) candidato(a) constará, obrigatoriamente, a identificação do presente aviso, o nome completo do(a) candidato(a), filiação, número do documento de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou documento equivalente no caso de candidato(a) estrangeiro, passaporte, com indicação da respetiva data de validade), número de identificação fiscal, data e local de nascimento, estado civil, profissão, ramo do doutoramento e data de conclusão, morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico. O(A) candidato(a) deve ainda manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações, no âmbito deste procedimento concursal, possam ter lugar por correio eletrónico. 26. A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas nos n.ºs 10 e 12 para admissão ao presente procedimento concursal, nomeadamente: a) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento; b) Carta de motivação sublinhando as atividades científicas e contributos mais significativos nos últimos 5 anos (máximo 3000 caracteres incluindo espaços) de acordo com o artigo 5(2) do RJEC, incluindo a listagem e disponibilização de 3-5 artigos publicados que considere representativos ou com maior impacto na área (em inglês); c) Curriculum vitae detalhado do qual conste informação sobre o

percurso científico e curricular do(a) candidato(a), organizado em conformidade com os critérios de avaliação fixados (em inglês); d) Outros documentos que o (a) candidato(a) considere relevantes para apreciação da sua candidatura (se aplicável). Em caso de apresentação da candidatura por correio registado ou pessoalmente deve ser entregar um exemplar de cada um dos documentos em papel e em suporte digital. 27. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que apresentem a candidatura fora do prazo estabelecido no n.º 2, bem como os que não a formalizem corretamente ou que não façam prova dos requisitos exigidos. 28. As falsas declarações prestadas pelos(as) candidatos(as) são punidas nos termos legalmente previstos. Em caso de dúvida acerca da autenticidade das declarações prestadas pelos(as) candidatos(as), pode o júri exigir a apresentação dos documentos comprovativos que entender necessários. 29. As convocatórias para a realização dos métodos de seleção serão efetuadas através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 30. A lista de candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as), bem como a lista de classificação final será afixada nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve e disponibilizada na sua página eletrónica <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>, dando-se ainda conhecimento da mesma aos(as) candidatos(as), através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 31. Nos termos do disposto no artigo 121.º do CPA, os(as) candidatos(as) são notificados da decisão de exclusão e do projeto de lista de classificação final, sendo-lhes concedido, em sede de audiência prévia, o prazo de 10 dias úteis para querendo, dizer o que tiverem por conveniente. 32. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento das vagas indicadas, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação dos postos de trabalho. 33. A Universidade do Algarve promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum(a) candidato(a) pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever, em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical. 34. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 29 de agosto de 2022. 35. Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro, o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os(As) candidatos(as) devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação ou expressão a utilizar no processo de seleção. 30 de agosto de 2022 - O Vice-Reitor, Professor Doutor Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:**